



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0009262-71.2013.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Transporte Aéreo**
Requerente: **Elisângela Vargas da Silveira**
Requerido: **Vento Sul Turismo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter adquirido passagens de ida e volta do Rio de Janeiro para Porto Alegre, sendo surpreendida ao tentar embarcar porque o voo tinha sido alterado sem que fosse comunicada.

Alegou ainda que permaneceu no aeroporto por dez horas até embarcar, tendo também gastos para deslocar-se do aeroporto até sua casa.

Almeja ao ressarcimento desses últimos e ao recebimento de indenização para reparação dos danos morais que sofreu.

Quanto aos gastos suportados pela autora para deslocar-se até sua residência, os documentos de fls. 06/07 demonstram que a ré assumiu a obrigação de ressarcir-los à mesma, não podendo agora furtar-se a tanto.

Prospera no particular a pretensão deduzida.

A autora também faz jus ao recebimento de indenização para ressarcimento dos danos morais que teve.

O documento de fl. 74 evidencia que ela somente conseguiu embarcar do Rio de Janeiro para Porto Alegre no final da tarde de 01 de fevereiro p.p., enquanto a passagem estava originariamente marcada para o início da manhã daquele dia.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

A ré não amealhou um só elemento que conferisse verossimilhança à alegação de que essa remarcação foi levada a ciência da autora, não sendo ademais crível que ela mesmo sabendo da alteração comparecesse para embarque no horário anteriormente marcado.

Outrossim, é certo que tal situação rendeu ensejo a aborrecimentos de vulto à autora, muito superiores aos que são próprios da vida cotidiana.

Ela ao contratar a viagem certamente não acreditava que ficaria sujeita a dissabor de tal ordem, obrando a ré ao menos na hipótese dos autos com inegável desorganização.

A autora bem por isso faz jus à indenização postulada, cujo montante está em consonância com os critérios usualmente utilizados em casos afins e não permite vislumbrar qualquer interesse em locupletar-se às expensas da ré.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar para a autora as quantias de R\$ 267,50, acrescida de correção monetária, a partir de fevereiro de 2013 (época da viagem realizada), e juros de mora, contados da citação, bem como de R\$ 2.675,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Caso a ré não efetue o pagamento das importâncias aludidas no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 07 de novembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA